

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO  
5ª VARA

Sentença n. 454/2009/JCM/JF/MA – A\*

Processo n. 2008.37.00.007980-8

**MANDADO DE SEGURANÇA**

**Impetrante: CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO  
MARANHÃO**

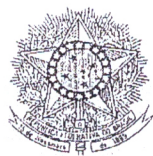
**Impetrado: SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE LANÇAMENTO E  
ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS DE SÃO LUÍS**

**SENTENÇA**

**CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA  
DO MARANHÃO – CRO/MA** impetra mandado de segurança, com pedido de  
liminar, contra ato do **SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE  
LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS DE  
SÃO LUÍS** pretendendo eximir os cirurgiões-dentistas e as sociedades  
prestadoras de serviços de odontologia do pagamento da Taxa de Renovação de  
Licença e Verificação Fiscal pela Localização dos Estabelecimentos, sob o

*\* Sentença cível classificada de acordo com os termos da Resolução n. 535, de 18 de dezembro de 2006, do Conselho da Justiça Federal (arts. 2º e 3º).*

José Carlos do Vale Madeira  
Juiz Federal



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO  
5ª VARA

fundamento de ocorrência do fenômeno do *bis idem*, eis que o Município de São Luís submete os cirurgiões-dentistas e as sociedades prestadoras de serviços de odontologia ao pagamento, anualmente, da Taxa para Expedição e Renovação de Licença e Atestado Sanitário, que teria amparo legal pelo efetivo exercício do poder de polícia sanitário atribuído à autoridade municipal pela Lei 9.782/99 (fls. 03/91).

Pedido formulado em sede liminar deferido nos moldes de sua apresentação (fls. 93/95).

Notificada, a autoridade coatora esquivou-se do oferecimento de Informações (fl. 97).

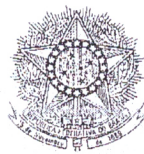
Manifestação do Ministério Público Federal pela incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o *writ*; a manifestação foi acolhida, tendo o Impetrante manejado o recurso de agravo de instrumento, cujo provimento firmou o entendimento de a Justiça Federal ser competente para conhecer e julgar mandado de segurança impetrado pelo Conselho Regional de Odontologia, por sua natureza jurídica de autarquia (fls. 100/103, 105/110, 113 e 146/148, respectivamente).

### FUNDAMENTOS DO JULGADO

Conforme a proclamada dicção constitucional (CF/88 5º LXIX), o mandado de segurança tem por desiderato resguardar direito líquido e certo do impetrante, afastando ato de autoridade – omissivo ou comissivo – que, reputado ilegal ou abusivo, faça menoscabo daquelas preciosas garantias.

Insere-se, porque *ação civil*, na *teoria das ações*, dela haurindo, segundo SÉRGIO FERRAZ, "*suas coordenadas fundamentais*" (*Mandado de Segurança (Individual e Coletivo) Aspectos Polêmicos*, 3ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 1996, p. 24).

Não se trata, todavia, de *ação comum*, pois que repousa em berço constitucional, pelo que a sua viabilização prática reclama a presença de requisitos específicos, quais sejam, *direito líquido e certo*,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO  
5ª VARA

*ilegalidade ou abuso de poder no ato impugnado.*

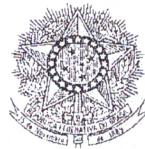
*Líquido será o direito, di-lo SÉRGIO FERRAZ, "que se apresenta com alto grau, em tese, de plausibilidade; e certo, aquele que se oferece configurado preferencialmente de plano, documentalmente sempre, sem recurso a dilações probatórias" (ob. cit., p. 25).*

Merece trânsito a pretensão do Impetrante, eis que, conforme assentado ao tempo do exame do pedido formulado em sede liminar, a *Taxa de Licença e Verificação Fiscal – Alvará*, instituída pelo Código Tributário Municipal de São Luís, possui os mesmos contornos (= mesma hipótese tributária) da *Taxa para Expedição e Renovação da Licença e Atestado Sanitário*, através da qual a Administração exercita legitimamente o seu Poder de Polícia, consistente na fiscalização do exercício das atividades dos cirurgiões-dentistas e das sociedades prestadoras de serviços de odontologia.

Assim, a *Taxa de Licença e Verificação Fiscal – Alvará*, por reproduzir (= finalisticamente) a *Taxa para Expedição e Renovação da Licença e Atestado Sanitário*, abre ensejo ao surgimento do *bis idem*, encontrando-se, todavia, desfalcada de contraprestação de serviços ou exercício de poder de polícia, o que compromete drasticamente, também sob esse viés, sua higidez jurídico-constitucional.

Por relevante, atente-se para o fato de a taxa possuir como fato impositivo o exercício regular do Poder de Polícia, ou o serviço público prestado ou oposto à disposição do contribuinte, tendo, assim, como característica essencial a atuação estatal diretamente referida ao contribuinte.

Encontrando-se os cirurgiões-dentistas e as sociedades prestadoras de serviços odontológicos sujeitos ao pagamento, anual, ao Município de São Luís, da **Taxa para Expedição e Renovação de Licença e Atestado Sanitário**, cuja cobrança decorre do Poder de Polícia da Administração, mostra-se desproporcional – e, mais que isso, ilegal – a cobrança da **Taxa de Renovação e Verificação Fiscal pela Localização de Estabelecimentos**, pois que, incidindo sobre a mesma hipótese tributária, instaura o fenômeno do *bis in idem*.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO  
5ª VARA

**DISPOSITIVO**

**ANTE O EXPOSTO**, *acolho* os pedidos formulados na petição inicial, confirmando a liminar anteriormente deferida (CPC 269).

Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição.

Custas processuais na forma da lei. Honorários de advogado indevidos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

São Luís, 14 de dezembro de 2009.

**JOSÉ CARLOS DO VALE MADEIRA**  
Juiz Federal



PREFEITURA DE SÃO LUÍS  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEMFAZ  
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER: nº 142/2013.  
PROCESSO: nº 020-2742/2013.  
REQUERENTE: CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO MARANHÃO  
ASSUNTO: SOL. FAZ.

Senhor Secretário Adjunto de Gestão Tributária,

O Conselho Regional de Odontologia do Maranhão, representado neste ato por seu Procurador Jurídico, solicita a suspensão da cobrança da TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA E VERIFICAÇÃO FISCAL – ALVARÁ, pela localização dos estabelecimentos, referente aos cirurgiões-dentistas e as sociedades prestadoras de serviços odontológicos.

Institui o processo cópia dos seguintes documentos: Petição, Mandado de Segurança e Sentença.

Diante do exposto e com base na Sentença de fls. 24 a 27, proferida pelo Juiz, esta Assessoria Jurídica, manifesta-se pelo deferimento do pleito, ou seja, que o Município de São Luís, através da Secretaria Municipal da Fazenda suspenda de imediato a cobrança da TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA E VERIFICAÇÃO FISCAL – ALVARÁ, pela localização dos estabelecimentos, por parte dos cirurgiões-dentistas e das sociedades prestadoras de serviços odontológicos e volte a emitir os ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO, após o prévio recolhimento do tributo.

É o nosso parecer, à sua apreciação e deliberação.

ASSESSORIA JURÍDICA DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DA FAZENDA, EM SÃO LUÍS (MA), 05 DE FEVEREIRO DE 2.013.

*Adriana C. de Andrade*  
Adriana Cantanhedo de Andrade  
Analista Jurídico  
CAB/MA 3622  
Mat. 124.671-1

RATIFICO:

*Ana Karina Cordeiro*  
Ana Karina Cordeiro  
Chefe Assessoria Jurídica  
SEMFAZ